

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC FABIO CANDIDO DA SILVA

A ECONOMIA DE UM CONFLITO:

Petróleo e Diamante como força motriz da guerra civil de Angola no pós-Guerra Fria.

Rio de Janeiro

2015

CC FABIO CANDIDO DA SILVA

A ECONOMIA DE UM CONFLITO:

Petróleo e Diamante como força motriz da guerra civil de Angola no pós-Guerra Fria.

Monografia apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CF(FN) Helcio B. Espozel Júnior

Rio de Janeiro

Escola de Guerra Naval

2015

## **AGRADECIMENTOS**

Ao final dessa empreitada, cabe-me, por dever de justiça, prestar os meus sinceros agradecimentos.

Primeiramente, a Deus, pela dádiva da vida e pela luz que guia minha jornada.

A minha esposa Maibe, pelo amor e apoio incondicionais, em todas as fases da minha carreira e pela compreensão nos muitos momentos de ausência.

Ao meu filho Cauã, pela motivação, que me transmite, em cada sorriso e abraço, na eterna busca para tornar-me um ser humano cada vez melhor.

Aos meus pais, por terem me forjado um cidadão de bem.

Aos amigos da Turma do CEMOS/2015, pelas muitas horas de “estudo facultativo” em grupo, que possibilitaram a conclusão dessa pesquisa.

Ao meu orientador, CF(FN) Espozel, pelas críticas duras e orientações seguras.

## RESUMO

A descoberta de recursos naturais de valor e a ocorrência de conflitos armados, na África Subsaariana, tem origem na intervenção europeia nessa região, a partir do século XV, com o início das grandes navegações. Essa inserção do continente na economia internacional, como fornecedor de matérias-primas para as potências centrais, ganhou relevância, em três períodos significativos, a partir da partilha do continente, formalizada na Conferência de Berlim, em 1884-5, quais sejam: o colonial; o da Guerra Fria e o pós-Guerra Fria. Os conflitos armados, inicialmente de cunho nacionalista, adquiriram contornos de prolongadas e sangrentas guerras civis. Entender a relação entre esses dois elementos, recursos naturais e conflitos armados, constitui o objetivo dessa pesquisa bibliográfica, onde pretende-se demonstrar que os recursos naturais, como elementos de valor, são frutos de uma construção social e, por si só, não constituem a origem dos conflitos civis, mas são fundamentais à alimentação de uma economia dos conflitos, capaz de motivar o prolongamento dos mesmos. Para a sua consecução, será observado o confronto das teorias de Paul Collier e Anke Hoeffler, compostas à de Philippe Le Billon, com o caso concreto da Guerra Civil de Angola.

**Palavras-chave:** África subsaariana. Recursos naturais. Conflitos armados. Conflitos civis. Guerra civil. Angola.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>5</b>
<b>2 A INSERÇÃO DA ÁFRICA SUBSAARIANA NO CONTEXTO INTERNACIONAL. .8</b>	
2.1 Os três períodos temporais da relação conflitos-África Subsaariana.....	9
2.1.1 Primeiro período: 1884 – 1950.....	10
2.1.2 O Segundo Período: 1950 – 1990.....	11
2.1.3 A década de 1990.....	13
<b>3 A ECONOMIA DOS CONFLITOS: DEBATES TEÓRICOS SOBRE A RELAÇÃO RECURSOS NATURAIS – CONFLITOS.....</b>	<b>15</b>
3.1 O modelo de Paul Collier e Anke Hoffler.....	16
3.2 O modelo de Philippe Le Billon.....	18
3.2.1 A dependência dos recursos naturais e a vulnerabilidade de conflito armado.....	21
3.2.2 A conflitualidade dos recursos naturais e o risco de conflito armado.....	23
3.2.3 A facilidade de pilhagem e contrabando dos recursos naturais e oportunidades nos conflitos armados.....	24
3.2.4 Uma tipologia dos conflitos armados relacionados a recursos naturais.....	26
3.2.5 Inclusão, exclusão e criminalização.....	28
<b>4 CASO CONCRETO: GUERRA CIVIL DE ANGOLA NO PÓS-GUERRA FRIA.....</b>	<b>29</b>
<b>5 CONCLUSÃO.....</b>	<b>35</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>38</b>
<b>ANEXO A.....</b>	<b>40</b>
<b>ANEXO B.....</b>	<b>41</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A África, em especial a sua porção subsaariana, ganhou maior relevância no contexto internacional, a partir do século XV, quando se inseriu na economia mundial, por meio das grandes navegações lideradas pelos europeus, como fornecedora de mão de obra escrava e recursos naturais. Essa demanda por recursos adquiriu maior volume, impulsionada pela Revolução Industrial, e culminou com a partilha do continente, em 1884-5, e o conseqüente aprofundamento da sua colonização, pelas potências europeias, que se lançaram do litoral em direção ao seu interior. O início da segunda metade do século XX testemunhou o crescimento dos movimentos em prol da autodeterminação dos povos, resultando na independência política das colônias subsaarianas. Foram formados Estados, independentes politicamente, mas ainda extremamente dependentes economicamente e regidos, a partir de então, pelo sistema internacional bipolar, que teve o seu fator de organização ditado pela disputa entre as duas superpotências, pela conquista da hegemonia mundial. Por fim, o desmantelamento do ex- Estado soviético, pondo fim à Guerra Fria, e o crescimento econômico da China, com sua expansão por novos mercados, trouxeram nova dinâmica à região subsaariana, com impactos políticos, econômicos e, principalmente, sociais.

Em todos os períodos mencionados, dois elementos sempre estiveram presentes e inter-relacionados, vindo a se constituírem no pivô das transformações ocorridas: são eles os recursos naturais e os conflitos armados.

Sendo os recursos naturais e os conflitos na África, mais especificamente a sua região subsaariana, o tema abordado pela presente pesquisa, cabe investigar a seguinte questão: qual a relação existente entre esses dois elementos?

O propósito desse trabalho consiste em contribuir para o entendimento dos fatores que interligam a existência de um determinado recurso natural à probabilidade de ocorrência de um conflito civil, dentro de um Estado.

Esse entendimento visa à adoção prévia de medidas, que possibilitem evitar a irrupção do conflito ou que se chegue ao fim do mesmo com a maior brevidade possível, haja vista as consequências danosas de ordem social e econômica dele resultantes, consistindo nisso a relevância de que este estudo se reveste.

O objeto desse estudo será a Guerra Civil de Angola (1975 – 2002), com ênfase no entendimento de como a abundância de recursos naturais, em especial petróleo e diamante, motivou o prolongamento do conflito, por quase uma década, após o fim da Guerra Fria.

A metodologia utilizada será a pesquisa bibliográfica, onde será buscada a confrontação das teorias de Paul Collier e Anke Hoeffler, somadas a de Philippe Le Billon, com o caso concreto do conflito civil angolano.

Para a consecução do seu propósito, este trabalho foi dividido em cinco capítulos, sendo o primeiro constituído dessa sucinta introdução. O capítulo dois contextualiza a África Subsaariana em três períodos relevantes, abordando a sua inserção na ordem mundial, a fim de permitir uma melhor compreensão dos fatores que culminaram no conflito angolano. No capítulo três, são apresentadas a teoria de Paul Collier e Anke Hoeffler e a de Philippe Le Billon, explorando as relações entre os recursos naturais e os conflitos armados. O capítulo quatro aborda o caso concreto da Guerra Civil de Angola, com enfoque no período do pós-Guerra Fria. Por fim, no capítulo cinco é realizada a conclusão do trabalho, onde o autor analisa o caso concreto, a luz das teorias, e tece considerações finais.

## 2 A INSERÇÃO DA ÁFRICA SUBSAARIANA NO CONTEXTO INTERNACIONAL

Para entendermos a relação entre a exploração dos recursos naturais e a irrupção dos diversos conflitos no continente africano, faz-se mister a prévia contextualização de como a região se inseriu no cenário político-econômico mundial, em momentos específicos relevantes, sendo esta a ideia que se pretende desenvolver nesta seção.

A África Subsaariana, também conhecida como a “África Negra”, é a região do continente africano situada, em grande parte, ao sul do deserto do Saara, sendo composta por 48 Estados independentes, divididos em cinco macrorregiões<sup>1</sup>, a saber: África Ocidental, África Central, África Oriental, África Austral e a região indo-oceânica, como mostra o mapa contido no ANEXO A – As macrorregiões da África Subsaariana.

Com uma superfície de cerca de 30 milhões de quilômetros quadrados, abrigava, em 2010, uma população de cerca de 831 milhões de habitantes, constituindo-se no maior índice de crescimento demográfico do mundo, da ordem de 2,5% ao ano.<sup>2</sup>

A despeito da notável recuperação econômica observada na região, impulsionada pelos investimentos de países asiáticos, a partir dos anos 2000, a sua taxa de pobreza ainda é a mais alta do mundo, com cerca de 50% da sua população vivendo abaixo da linha da pobreza, com menos de US\$1 por dia<sup>3</sup>.

Machado (2012) afirma que, ao longo da sua história, o continente africano, em especial a porção subsaariana, esteve inserido no contexto político-econômico internacional

---

1 As macrorregiões variam conforme a fonte, tendo sido adotado o estudo do Prof. José Pereira em *África, um novo olhar*, 2006. Cadernos CEAP. Pg. 65:79. A África Ocidental é composta por Benin, Burkina-Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Mauritânia, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo. África Central: Burundi, Camarões, República Centro-Africana, Chade, Congo (Brazaville), República Democrática do Congo, Gabão, Guiné-Equatorial, Ruanda e São Tomé e Príncipe. África Oriental: existem duas sub-regiões, o Chifre da África e a centro-oriental. Na primeira estão incluídos a Etiópia, Eritreia, Djibuti, Somália e Sudão. A África centro oriental é formada por Uganda, Quênia e Tanzânia. África Austral: África do Sul, Angola, Botsuana, Lesoto, Malawi, Moçambique, Suazilândia, Zâmbia e Zimbábue. Por último, a África indo-oceânica, ou do oceano Índico, é frequentemente agregada à África Oriental. Ela é composta pelas ilhas Madagascar, Maurício, Reunião, Comores e Seichelles.

2 Alves, José Eustáquio Diniz, 2014, *A dinâmica demográfica da África Subsaariana*. Disponível em:

3 Dados do Banco Mundial mostram que vinte dos 48 países da região cresceram mais de 5% em 2004. Banco Mundial, 2006, *Press release* n° 2006/363/DEC. Disponível em <http://go.worldbank.org/1BQ7O1M8C0>. Acessado em julho/2015.

de acordo com os interesses das grandes potências, representado na divisão internacional do trabalho, como fornecedores de mão de obra, por muito tempo escrava, e recursos naturais, materializados nas “commodities”<sup>4</sup> primárias. Três períodos, que serão abordados a seguir, são considerados de maior relevância, vistos de uma perspectiva político-histórica: a exploração no período colonial do século XIX; o período após as independências africanas, a partir da segunda metade do século XX; e a década de 1990 em diante.

## 2.1 Os três períodos temporais da relação conflitos-África Subsaariana

O arcabouço dos conflitos subsaarianos atuais remonta aos acordos firmados, durante a Conferência de Berlim<sup>5</sup> (1884 – 1885). Eles ainda atravessam o período colonial e as questões apresentadas com as independências africanas, na década de 1950, no contexto da Guerra Fria. Por fim, mostram-se também como consequência das ações adotadas sob a influência do neoliberalismo econômico e globalização financeira, ocorrida a partir dos anos 1990. Esses períodos foram influenciados e definidos pelos interesses geopolíticos das

---

4 “commodities” (forma plural de “commodity” em inglês) podem ser definidas como mercadorias, principalmente minérios e gêneros agrícolas, que são produzidos em larga escala e comercializados em nível mundial. As “commodities” são negociadas em bolsas de valores, portanto seus preços são definidos em nível global, pelo mercado internacional. As “commodities” são produzidas por diferentes produtores e possuem características uniformes. Geralmente, são produtos que podem ser estocados por um determinado período de tempo sem que haja perda de qualidade. As “commodities” também se caracterizam por não ter passado por processo industrial, ou seja, são geralmente matérias-primas. Existem quatro tipos de “commodities”: “commodities” agrícolas, como soja, suco de laranja congelado, trigo; “commodities” minerais, como minério de ferro, alumínio, petróleo; “commodities” financeiras, como moedas negociadas em vários mercados, títulos públicos de governos federais; e “commodities” ambientais, como créditos de carbono. Fonte: Sítio Suapesquisa.com. Disponibilizado em: [http://www.suapesquisa.com/o\\_que\\_e/commodities.htm](http://www.suapesquisa.com/o_que_e/commodities.htm). Acessado em julho 2015.

5 Realizada em Berlim, Alemanha, entre novembro de 1884 e fevereiro de 1885. Seus objetivos explícitos eram o estabelecimento de regras para a liberdade comercial e a atuação humanitária no continente africano. Foi reconhecida a esfera de influência da Alemanha sobre os territórios litorâneos ocupados por suas “Chartered Companies” e o Estado Livre do Congo como propriedade pessoal do rei da Bélgica. Definiam-se, também, a legitimidade e inviolabilidade das esferas dos antigos ocupantes do litoral africano – Reino Unido, França e Portugal. Estabeleceu regras para a legitimidade da dominação: a prova de ocupação definitiva e a declaração de tais normas para a possível contestação por outras potências europeias e assinaturas de acordos. Um senão das decisões foi a limitação do reconhecimento às áreas litorâneas, o que abriu caminho à corrida pela conquista do interior e ao estabelecimento de novas fronteiras que atendiam aos interesses econômicos, aos limites de conhecimento do interior e às rivalidades intraeuropeias. Ao final da conferência, a história e a política africanas passaram a ser definidas pela diplomacia europeia. (VISENTINI, P.F.; RIBEIRO, L.D.T.; PEREIRA, A.D. *História da África e dos africanos*. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 59:60).

economias centrais – entendidas aí como aquelas dos Estados dominantes de cada época, com destaque para os europeus e, posteriormente, para os Estados Unidos da América (EUA) e da China. (MACHADO, 2012).

A intervenção estrangeira, durante essas etapas que serão abordadas, terá consequências geográficas, políticas e econômicas, geradas a partir da expansão dos europeus no continente africano, nas quais estão a origem dos conflitos subsaarianos da década de 1990 em diante, como veremos a seguir:

### ***2.1.1 Primeiro período: 1884 – 1950***

Tendo o Congresso de Berlim estabelecido as regras para a partilha da África e reconhecido a supremacia das potências europeias, cabia realizar o ajuste das fronteiras litorâneas e a incorporação do interior do continente. Diplomacia e armas modernas seriam utilizadas. A primeira, para as relações entre os europeus; as segundas, para as relações com os africanos. A dominação efetiva do continente gerou guerras de conquista territorial e para a submissão dos africanos até as vésperas da Primeira Guerra Mundial. Os naturais do continente resistiam à perda de uma soberania e às transformações econômicas, fiscais e políticas que, junto com a exploração predatória de recursos naturais e demográficos, impunham a transformação da África. (VISENTINI; RIBEIRO; PEREIRA, 2014, p. 65).

No campo político, o continente africano foi redesenhado e partilhado. Fronteiras artificiais traçadas em linha reta, muitas vezes, reuniram, numa mesma unidade administrativa, povos diferentes e até rivais, como também dividiram outros grupos que há muito partilhavam semelhanças étnico-linguísticas. Imperou a estratégia do “dividir para reinar”, na qual grupos étnicos, por vezes minoritários, foram favorecidos por meio da ocupação de cargos de maior prestígio dentro da administração colonial. Essa nova forma de organização das sociedades africanas, no campo político, rendeu frutos favoráveis aos europeus, na medida em que manteve a dominação e a ordem europeia, por longo período, onde revoltas e rebeliões foram duramente reprimidas, ao passo que o apoio africano, durante as guerras mundiais, foi recompensado. Contudo, foi também fator gerador de instabilidades política e social, considerando que originou e amplificou as desigualdades sociais,

impossibilitou o acesso à educação e instigou rivalidade entre povos que antes conviviam em paz.

Na economia, observamos a desestruturação do modo de produção africano, qual seja o cultivo coletivo das terras e o artesanato urbano, substituído pelo modelo de produção colonial — latifundiário, monocultor e agroexportador — onde as trocas eram justamente determinadas pela e para as potências colonizadoras. Nesse modelo, as terras coletivas foram expropriadas e privatizadas em favor dos europeus, das elites dominantes e das grandes companhias comerciais europeias exportadoras. Esta relação assimétrica resultou na dependência dos países africanos de suas exportações de “commodities” primárias, situação que persiste ainda hoje como fator de fraqueza das economias africanas. Já se torna possível entender a fragilidade e desvantagem em que se encontravam os povos africanos, quando do início do próximo período, marcado pelas independências em relação às metrópoles.

### ***2.1.2 O Segundo Período: 1950 – 1990***

A política para a África, após 1945, foi pautada no contexto da Guerra Fria. A África tornou-se uma extensão do conflito entre os EUA e a ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (ex-URSS), guiada pela relação de forças entre estas duas potências, e seus espaços políticos e econômicos foram utilizados como zonas de influência de cada uma delas. Na medida em que buscavam adaptar os países africanos aos seus modelos econômicos e alinhamentos políticos correspondentes, os EUA e a ex-URSS ofereciam assistência ou impunham restrições e embargos. Nesse contexto, os países da África Subsaariana dividiram-se entre os não alinhados, simpatizantes do modelo socialista, e os países alinhados aos seus antigos colonizadores. No contexto do contencioso sino-soviético pós-Stalin, em meados da década de 1950, a China, por sua vez, valeu-se de sua política de solidariedade ideológica, nos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, para permitir a construção do comunismo chinês em diversos países africanos. Apesar de não ter havido confrontos militares entre as superpotências, em solo africano, o envolvimento internacional nas guerras internas do continente o delimitou como território de disputa internacional. (MACHADO, 2012, p. 10:11).

O final da Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945) coloca em pauta os debates políticos e econômicos que enalteciam o princípio da autodeterminação dos povos e, entre 1960 e 1973, temos a ocorrência da maior parte das independências africanas, com perspectivas de contínuo desenvolvimento e crescimento econômico da região subsaariana

(MACHADO, 2012).

Contudo, o contexto bipolar da Guerra Fria, no campo político, acirrou ainda mais as divisões internas herdadas do período colonial, gerando disputas entre as elites locais ou ainda entre comandantes militares dos recém-formados exércitos nacionais e grupos rebeldes opositoristas. Observou-se a ausência da necessária unidade política capaz de conduzir ações de estado em prol do desenvolvimento dos Estados como um todo. A intervenção soviética nas recém-independentes repúblicas de Angola e Moçambique, no intuito de transformá-las em estados sob orientação marxista, exemplifica o que foi dito.

Segundo Amin<sup>6</sup> (1977, citado por MACHADO, 2012), no tocante à economia, foi mantido o modo de produção colonial, no período pós-independências, aprofundando-se e ampliando-se a economia de troca, na qual os Estados africanos permaneceram como fornecedores de “commodities” primárias de baixo valor agregado, contribuindo para a redução do valor da força de trabalho nos setores capitalistas. Como única alteração, a partir desse período, o tipo de bem produzido passou a ser definido pelas demandas do mercado, conforme pontuou Bari (2006).

Depreende-se, dessa forma, que o modelo adotado mergulhou a região numa forte dependência econômica que foi ainda mais agravada pela flutuação dos cenários econômicos internacionais, tais como as crises mundiais do petróleo, o fim da paridade fixa dólar americano – ouro, implementada pelos EUA nos anos 1970, períodos de recessão mundial, entre outras. Compondo esse quadro, a falta de reformas, a má gestão das políticas públicas e a corrupção constituíram elementos que mantiveram grande parte dos estados subsaarianos em condições de extrema pobreza e desigualdades sociais, tornando-se, no início dos anos 1990, com a saída dos atores da Guerra Fria, um campo fértil para intermináveis e sangrentos conflitos internos.

---

6 AMIN, S. O Capitalismo e a renda fundiária. In: A Questão agrária e o capitalismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 179p.

### 2.1.3 A década de 1990

A queda do Muro de Berlim, em novembro de 1989, e o posterior desmembramento da ex-URSS, em 1991, marcaram o fim da Guerra Fria, e a consolidação dos EUA, ao início da década de 1990, como a única superpotência, econômica e militar, a compor o novo cenário do Sistema Internacional.

Segundo Machado (2012), a pauta na agenda para a recuperação do desenvolvimento econômico, após uma década de crise do sistema capitalista, cuja própria existência fora amplamente posta em cheque, consistiu da ampla adoção do modelo neoliberal, por meio da observância das medidas propostas pelo Consenso de Washington<sup>7</sup>.

Tais propostas, que se baseavam na liberalização dos mercados como solução econômica para as dificuldades financeiras dos países africanos e do resto do mundo, não foram, entretanto, seguidas pelos Estados credores, os quais foram os únicos favorecidos pela abertura de mercado, contribuindo para o agravamento das dívidas externas e das taxas de inflação dos Estados subsaarianos. Dentro deste cenário, o comércio internacional, os investimentos externos diretos, a ajuda internacional e o perdão da dívida externa constituíram as ferramentas institucionais de atuação e dominação na região.

Na primeira década do século XXI, observamos a inauguração de um novo ciclo econômico mundial com a acelerada ascensão da China, colocando mais uma vez África em posição estratégica de destaque como fornecedora de matéria-prima. A competição pelo controle dos recursos naturais tornou-se o foco das políticas nacionais para a África e das

---

7 O termo Consenso de Washington ficou conhecido como um conjunto de medidas de ajuste macroeconômico formulado por economistas de instituições financeiras como FMI e o Banco Mundial, elaborado em 1989. Entre essas "regras" que deveriam ser adotadas pelos países para promover o desenvolvimento econômico e social estavam: disciplina fiscal, redução dos gastos públicos, reforma tributária, juros de mercado, câmbio de mercado, abertura comercial, investimento estrangeiro direto, com eliminação de restrições, privatização das estatais, desregulamentação e desburocratização, direito à propriedade intelectual. Sítio Política & Economia, 2011. Disponível em: <http://www.politicaeconomia.com/2011/10/os-efeitos-do-consenso-de-washington-na.html>. Acessado em julho de 2015.

próprias políticas africanas. (MACHADO, 2012).

Esse surto econômico permitiu uma melhora nos índices de crescimento econômico para a região subsaariana, contudo não foram capazes de reduzir a situação de extrema pobreza, em grande parte agravada pelo elevado crescimento populacional, a taxas que giravam em torno de 2,5% ao ano, bem como foi incapaz de pôr fim aos conflitos civis, instabilidade política e desigualdades sociais.

Essa contextualização acerca das principais questões de ordem político-econômicas envolvendo a África Subsaariana na Ordem Internacional, nos períodos distintos, quais foram o colonial, o da Guerra Fria e a década de 1990, nos permitiu compreender como a região alcançou os baixos índices de desenvolvimento econômico e social observados ainda nos dias atuais, que guardam causalidade com os conflitos civis ocorridos com grande intensidade nas duas primeiras décadas do século XXI, mas que ainda permanecem latentes nas sociedades. Vejamos no capítulo a seguir como os recursos naturais, abundantes na região, se inseriram como combustível dessa conflitualidade.

### **3 A ECONOMIA DOS CONFLITOS: DEBATES TEÓRICOS SOBRE A RELAÇÃO RECURSOS NATURAIS – CONFLITOS**

Conforme vimos, a dinâmica da Guerra Fria exacerbou as divisões políticas internas das sociedades subsaarianas, cuja origem remonta o período colonial, e ainda alimentou os conflitos civis decorrentes como forma de atender aos interesses das duas superpotências. Contudo, observou-se que o fim da Guerra Fria não resultou numa considerável redução dos conflitos armados, mas sim no surgimento de novas formas mais mortais de guerras civis.

Kaldor (1999) desenhou uma nítida diferença entre os antigos conflitos daquele tempo e os novos dos anos 1990, os quais, somente podem ser entendidos no contexto da globalização política, econômica, militar e cultural. Pode-se dizer que os novos conflitos armados mesclaram-se ao crime organizado. Tais conflitos, são, de uma vez, locais e dependentes de conexões transnacionais e estimulam uma economia de guerra construída no saque, nas transações no mercado negro e sustentados e assistidos externamente por meio de violência contínua.

Os conflitos civis têm por objetivo restabelecer um regime existente ou substituir uma nova forma de ordem política no todo ou em parte do território nacional. Com o recuo dos patrocinadores da Guerra Fria, a posse dos recursos naturais mostrou-se elemento chave para financiar os movimentos rebeldes, bem como as ações de respostas dos governos constituídos.

Sob essa nova ótica da relação recursos naturais – conflitos, diversos autores desenvolveram modelos teóricos que auxiliam o entendimento de muitos dos conflitos que assolaram, principalmente, a África subsaariana, no período pós-Guerra Fria. Serão abordadas, a seguir, as considerações de Paul Collier e Anke Hoffler e de Phillipe Le Billon.

### 3.1 O modelo de Paul Collier e Anke Hoeffler

Na busca pelos fatores mais consistentes correlacionados às prováveis causas da deflagração e duração dos conflitos civis, o economista Paul Collier, do Grupo de Pesquisa sobre o Desenvolvimento do Banco Mundial, e Anke Hoeffler, um colega da Universidade de Oxford, valendo-se de ferramentas da economia analítica, realizaram diversos estudos, que permitissem a aproximação a um modelo teórico facilitador do entendimento.

Em um estudo datado de 1998, Collier e Hoeffler (1998) determinaram que quatro variáveis eram fortemente ligadas ao risco de uma guerra civil: renda per capita, partilha dos lucros das exportações de recursos naturais, tamanho da população e divisão etnolinguística. Contrário à sabedoria reinante sobre conflito étnico, eles concluíram que os dois extremos, tanto as sociedades altamente divididas como as homogêneas, eram improváveis de experimentar uma guerra e atribuiu o perigo do conflito mais à polarização entre grupos do que à extensão da divisão étnica por si.

Em dois artigos subsequentes, eles entraram no campo do que ficou caracterizado como um debate sobre “greed versus grievance”<sup>8</sup>, os quais extrapolaram as questões de motivação e causa das várias correlações estatísticas emergentes de seu modelo econométrico. No artigo intitulado “Justice-seeking and Loot-seeking in Civil War”<sup>9</sup>, eles descrevem as rebeliões como sendo motivadas pelo misto de um desejo altruístico de retificar as queixas de um grupo e um desejo egoísta de pilhar os recursos de outros. As correlações estatísticas mais fortes, entretanto, apontaram para uma motivação baseada na ganância, na qual a partilha do Produto Interno Bruto (PIB), composto por exportações primárias de “commodities”, de forma clara e significativa afetaram o risco de conflito (ARNSON, ZARTMAN, 2005).

Avançando em sua teoria, Collier e Hoeffler (2004) concluíram que os conflitos foram causados pelas oportunidades para a pilhagem de “commodities” primárias e que a

---

8 “Ganância versus queixa ou reclamação”. (Tradução nossa).

9 Busca por justiça e busca por pilhagem na guerra civil. (Tradução nossa).

queixa objetiva não constitui causa primária forte de um conflito. Relacionando rebeliões, principalmente, à captura de recursos – diamantes em Angola e Serra Leoa, madeira no Camboja, drogas na Colômbia – eles consentiram pela interdependência entre queixa e ganância, na qual conflitos motivados pela primeira podem por si só gerar a segunda. O discurso da queixa foi útil e necessário para manter a coesão militar, bem como ganhar a simpatia internacional e induzir as comunidades em diáspora a financiar a extensão do conflito. Contudo, os autores encontraram pouca correlação estatística entre os conflitos e os fatores que há muito foram considerados como os principais suportes das queixas: repressão política e desigualdade econômica – medidas tanto em termos de renda bruta como posse da terra. De fato, das categorias consideradas, relacionadas a queixas objetivas, somente a dominação por uma maioria étnica foi determinante para ser adicionada ao explanatório poder da ganância como causa de rebelião.

Collier (2000, citado por ARNISON, ZARTMAN, 2005) sustenta que razões para a guerra civil, baseada nas queixas, estavam seriamente equivocadas e que, tendo em vista que certos grupos se beneficiam economicamente dos conflitos, eles têm interesse em iniciá-los e sustentá-los. Enfatizou que a exportação de “commodity” primária é a principal fonte de recursos saqueáveis. Ele descobriu que o risco de guerra civil estava positivamente correlacionado com a exportação de “commodity” primária e uma elevada proporção de homens jovens em uma sociedade e, negativamente correlacionado com níveis de educação. Indiretamente, confirmando a tese de outros autores de que privação relativa, mais do que pobreza em si, contribuiu para o conflito, Collier descobriu que o único fator de queixa que pareceu ter impacto no incidente do conflito foi um período prévio de declínio econômico. No modelo de Collier, o objetivo da rebelião não consiste em alcançar a vitória sobre o governo, mas sim pilhar os rendimentos dos recursos naturais numa base contínua.

Uma crítica que podemos fazer a Collier consiste em saber em que extensão suas

correlações estatísticas, indicando um risco ou probabilidade de conflito, permitem um salto metodológico dentro do domínio da causa, bem como as dificuldades em discernir as motivações e objetivos rebeldes, a partir de práticas observáveis ou padrões de comportamento baseados na busca pelo lucro.

Com o tempo, Collier ajustou sua tese, afastando-se da discussão da causa e motivação e focando, em vez disso, naqueles atributos que tornam o conflito exequível e durável. Em outras palavras, queixas objetivas estavam presentes em muitas sociedades, mas nem todas elas estavam em guerra e somente poucas possuíam os meios necessários para sustentar uma rebelião. Contudo, por ter desenvolvido esse pêndulo analítico, oscilando radicalmente entre explicações econômicas ou fundamentadas na ganância, para um conflito civil, ele convidou a comunidade acadêmica e política a rumar em direção a um equilíbrio, uma junção de variadas explicações econômica, política, social e histórica para o conflito civil e assim, talvez, de aproximações integradas para a sua solução.

Como forma de complementar o debate suscitado por Collier, passemos ao estudo de mais um modelo teórico a relacionar os recursos naturais aos conflitos civis.

### **3.2 O modelo de Philippe Le Billon**

Em sua obra intitulada “The political ecology of war: natural resources and armed conflicts”<sup>10</sup>, BILLON (2001) acrescenta ao debate uma análise do papel dos recursos naturais nos conflitos armados, por meio da sua materialidade, geografia e processos socioeconômicos relacionados. Examina o debate sobre o papel da escassez e abundância de recursos nos conflitos armados e estende essa abordagem construindo uma estrutura político-ecológica para análise da ligação entre recurso natural e conflito. Uma tentativa de tipologia dos conflitos armados é apresentada e o processo pelo qual um passa a se relacionar ao outro, com

---

10 A ecologia política da guerra: recursos naturais e conflitos armados. (Tradução nossa).

enfoque nos processos de inclusão, exclusão e criminalização.

De início, faz-se mister introduzir o conceito de ecologia política, a qual para Bauler (2013) consiste na ciência que analisa as formas sociais e organização humana que interagem com o meio ambiente, estando na confluência entre a ciência social, arraigada ecologicamente, e a economia política.

Segundo BILLON (2001), a ecologia política raramente examinou a relação entre o ambiente e a preocupação central da ciência política tradicional, qual seja a segurança dos regimes instituídos e os conflitos armados, com foco nos conflitos sociais sobre recursos das regiões produtivas e, ainda, negligenciando conflitos violentos em larga escala. Também não apresentou um tratamento apropriado dos meios de controle e acesso aos recursos, nem sua definição, negociação e contestação dentro das arenas políticas.

Preencher essas lacunas, dentro de uma aproximação ecológica-política, requer considerar os conflitos armados relacionados a recursos naturais como processos históricos da transformação dialética da natureza e dos grupos sociais. Os conflitos contemporâneos relacionados a recursos estão enraizados na histórica extração do recurso, sucessivamente traduzido pelo mercantilismo, capitalismo colonial e cleptocracia de estado. A disponibilidade, *in natura*, de qualquer recurso, desse modo, não é, em si mesmo, um indicador preditivo de conflito. Ao contrário, os desejos atizados por essa disponibilidade, assim como as necessidades ou ganância do povo e as práticas que dão forma à economia política de qualquer recurso podem provar serem conflituosas, com a violência se tornando meio decisivo de arbitragem.

A abordagem da ecologia política também requer, segundo Billon (2001), compromisso com as duas perspectivas mais comumente adotadas, quais sejam: a escassez de recursos, normalmente renováveis, e a abundância de recursos, normalmente não-renováveis, causam conflitos. Em ambas as perspectivas, as sociedades confrontadas com circunstâncias

ambientais específicas, escassez e abundância, têm um risco maior de serem afetadas por violentos conflitos. Um quase determinismo ambiental é explicado, no melhor dos casos, por meio de supostos efeitos debilitantes do muito ou pouco recurso nas economias e instituições governantes, o que resulta em lutas por sua distribuição com rodadas violentas.

Entretanto, ambas as perspectivas falham em considerar a natureza social constituída dos recursos naturais e, ao fazê-lo, falham em explicar porque uma abundância ou escassez de recursos valiosos não constitui um fator necessário ou suficiente de conflito. Pedras preciosas e petróleo também podem ser mobilizados num desenvolvimento pacífico, como em Botswana e na Noruega, por exemplo. Da mesma forma, a escassez de recursos não evita o desenvolvimento pacífico em muitos países, como o Japão.

A geração de recursos a partir da dotação natural da Terra é um processo histórico de construção social. Recursos não são, eles se tornam. Se a natureza é transformada ou não em recurso, está relacionado aos desejos humanos, necessidades e práticas ou, de uma perspectiva econômico-política, às condições, meios e forças de produção. Os diamantes são o melhor exemplo de um material sem grande uso, exceto para a indústria de corte e propriedades abrasivas. Entretanto, foi transformado, tanto economicamente como discursivamente, em um dos mais valorizados recursos, por meio da manipulação de mercados, por um cartel, e de símbolos, como pureza, amor e eternidade, por meio de publicidade. Economicamente, sua escassez gera valor; sua abundância gera riqueza. Angola constitui um exemplo de Estado com abundância local de reservas de diamante, que são escassos globalmente. Dessa forma, suas reservas de diamantes se constituem em riqueza do país, fruto dessa criação social, e lá poderão ser reconhecidos como “os melhores amigos de uma mulher”, como anuncia o slogan do cartel sulafricano de diamantes De Beers, mas também o melhor amigo dos grupos armados beligerantes, levando o país às ruínas do conflito civil. Esse papel desempenhado em muitos conflitos africanos contemporâneos não é um

fenômeno único nem recente, mas inscritos na longa sucessão de extração de recursos, comungando conexões de elites locais, agentes comerciais transfronteiriços e mercados globais para exportar escravos, borracha, madeira, café, minerais, petróleo ou diamantes (BILLON, 2001).

Dentro dos processos históricos, formatando as economias políticas de extração de recurso, muitos fatores participam na reprodução e transformação dos conflitos relacionados a recursos. Recursos e conflitos armados estão relacionados aos efeitos das distorções que a dependência dos primeiros provoca nas sociedades. Além disso, a distribuição espacial e capacidade de pilhagem e contrabando dos recursos são cruciais, considerando as oportunidades dos beligerantes de obter ou reter o controle sobre os lucros do recurso. A economia política, materialidade e geografia dos recursos podem, desse modo, significativamente, influenciar a probabilidade e o rumo dos conflitos armados. De virada, as necessidades e práticas da guerra influenciaram o padrão da exploração de recursos e o estado do meio ambiente. É dessa forma que podemos compreender uma ecologia política da guerra (BILLON, 2001).

### ***3.2.1 A dependência dos recursos naturais e a vulnerabilidade de conflito armado***

Para Billon (2001), a dependência dos recursos naturais é, geralmente, fruto de um passado histórico associado a um padrão de relacionamento com a economia global, por meio das potências coloniais, interesses comerciais privados transfronteiriços e as elites domésticas. Em certo grau, uma ajuda internacional também pode ser considerada como um recurso, na medida em que gere dependência e possa constituir parte das estratégias locais de acumulação. Ao nível de um Estado, a dependência econômica é associada a uma performance econômica fraca e a crescentes desigualdades socioeconômicas. Essa dependência, quando se dá na exportação de um só produto abundante internamente, pode

agravar ainda mais o quadro econômico, ao deixá-lo suscetível à Doença Holandesa<sup>11</sup>. As tentativas do estado de apoiar os setores deficientes em recursos, por meio de subsídios, frequentemente, mostram-se insustentáveis, quando falham em agregar-lhes competitividade de longo prazo e são capturados pelas instituições gestoras.

Outros efeitos econômicos e institucionais da dependência de recursos naturais, considerados nocivos, são a alta exposição aos choques externos, especialmente as flutuações nos preços dos recursos, e o baixo crescimento econômico, devido à negligência com os demais setores e ao baixo nível de ligações econômicas, que por si só levam a altos níveis de desigualdade de renda, na ausência de uma política fiscal efetiva de redistribuição. A disponibilidade do lucro dos recursos naturais frequentemente resulta em corrupção das instituições estatais, alta ineficiência econômica e apoio financeiro a esquemas politizados, bem como má gerência orçamentária (BILLON, 2001).

Politicamente, os lucros dos recursos permitem a permanência dos líderes políticos no poder, uma vez que os municia com os meios capazes de estabelecer um sistema clientelista que recompensa os aliados enquanto pune os oponentes.

Uma economia sem diversificação e um controle político de um setor dominante relacionado ao recurso natural, regido pela elite, excluem o ramo da sociedade fora do sistema clientelista, aumentando a frustração e a marginalização desses últimos, os quais passam a enxergar a troca de regime político como a única forma de verem atendidas as suas queixas e aspirações. Na ausência de um amplo consenso político, que não é possível ser alcançado e

---

11 A expressão "doença holandesa" adveio do trabalho dos economistas W. Max Corden e J. Peter Neary, de 1982, no qual eles analisaram os efeitos sobre a economia holandesa do aumento desmesurado do preço do gás natural, o que determinou um aumento substancial de divisas no país, fazendo com que a moeda nacional ficasse muito valorizada, prejudicando o desenvolvimento de outros setores produtivos. Assim, Doença holandesa ou "Dutch disease" é um conceito econômico que tenta explicar a aparente relação entre a exploração de recursos naturais e o declínio do setor manufatureiro. Embora explorado em termos de recursos naturais, o conceito pode também se referir a qualquer situação que resulte em um grande fluxo de entrada de moeda estrangeira, incluindo aumentos repentinos nos preços de determinadas "commodities" ou afluxo de capitais estrangeiros no país. Chama-se assim porque durante os anos 60, houve uma escalada dos preços do gás que aumentou substancialmente as receitas de exportação da Holanda e valorizou o florim (moeda da época). Nos anos 1970, o excesso de exportações de gás derrubou as exportações dos demais produtos por falta de competitividade, dada a sobrevalorização da moeda nacional. Disponibilizado em: <http://www.econometrix.com.br/pdf/doenca-holandesa.pdf>. Acessado em julho/2015.

mantido somente pela distribuição de renda e repressão, a violência, para esses grupos, se torna o principal caminho, se não o único, para o acesso à riqueza e ao poder (BILLON, 2001).

Dessa forma, países dependentes de recursos naturais tendem a ter governos agressivos e predatórios, que servem a interesses regionais e encaram maior risco de se verem envolvidos em conflitos violentos. Até mesmo governos benevolentes são pressionados pela disputa pelos recursos naturais, tendo, muitas vezes, que optar entre políticas econômicas coerentes que maximizem um bem-estar de longo termo contra o gerenciamento das tensões sociais. Esse “trade-off”<sup>12</sup> resulta em investimentos insuficientes e baixo crescimento, os quais, no caso de a renda advinda desses recursos provar ser insuficiente para amortecer essas demandas por reformas, ampliam tanto a vulnerabilidade do estado quanto as tensões sociais, enquanto diminuem o custo de oportunidade ao surgimento de grupos criminosos ou rebeldes.

### **3.2.2 A conflitualidade dos recursos naturais e o risco de conflito armado**

“The transformation of nature into tradable “commodities” is a deeply political process; involving the definition of property rights, the organisation of labour, and the allocation of profits. The pattern of social relations as well as the quality and democracy or legitimacy of institutions determine the risk of conflict and deployment of violence”<sup>13</sup> (BILLON, 2001, p. 568).

Segundo BILLON (2001), embora o processo de transformação citado acima possa se dar de forma pacífica e cooperativa, o que se observa com frequência é a sua forma conflituosa e a violência pode ser empregada tanto na forma de força física, como por meio de

---

12 Trade-off ou tradeoff é uma expressão em inglês que significa o ato de escolher uma coisa em detrimento de outra e muitas vezes é traduzida como "perde-e-ganha". O trade-off implica um conflito de escolha e uma consequente relação de compromisso, porque a escolha de uma coisa em relação à outra, implica não usufruir dos benefícios da coisa que não é escolhida. Isso implica que para que aconteça o trade-off, elemento que faz a escolha deve conhecer os lados positivos e negativos das suas oportunidades. Estamos perante um cenário de trade-off quando é preciso sacrificar alguma coisa para obter um bem maior, o que muitas vezes causa um tipo de dilema. Fonte: <http://www.significados.com.br/trade-off/>. Acessado em julho/2015.

13 “A transformação da natureza em “commodities” comercializáveis é um profundo processo político; envolvendo a definição de direitos a propriedade, a organização do trabalho e a alocação de lucros. O padrão das relações sociais, assim como a qualidade e democracia ou legitimidade das instituições determina o risco de conflito e emprego da violência”. (Tradução nossa).

coerção e dominação. O acesso à cadeia de valor da “commodity” é frequentemente ligado às entidades sociais, que articulam subvenções pecuniárias particulares e desigualdades horizontais entre etnia, classe ou religião com a economia política de um recurso natural.

A violenta conflitualidade da exploração de um recurso natural está ligada à falência e degeneração dos sistemas políticos, a maioria patrimonialista e clientelista, transformados em “spoils politics”<sup>14</sup>, por meio dos quais o poder político constituído tem por objetivo principal o enriquecimento próprio.

A combinação e a exacerbação da corrupção, retração do estado formal, contraproduktividade do estado de violência e sectarismo, pode resultar na deflagração de um conflito armado e no colapso do estado. No curto prazo, a violência se torna o principal meio de ação política, acumulação econômica ou, simplesmente, sobrevivência.

### ***3.2.3 A facilidade de pilhagem e contrabando dos recursos naturais e oportunidades nos conflitos armados***

BILLON (2001) defende que a motivação e o financiamento dos conflitos são facilitados, porque as “commodities” primárias são altamente tributáveis e saqueáveis. Essa característica de ser facilmente saqueável advém do fato de os recursos naturais, normalmente os oriundos de processos de extração, serem frequentemente e igualmente acessíveis aos governos e aos grupos rebeldes, com a mínima exigência de uma infraestrutura burocrática para obtê-los. Além disso, essas atividades extrativistas de recursos naturais apresentam outra característica importante, que consiste em estar espacialmente estabelecida em uma área fixa, ou seja, os recursos existem em áreas determinadas, não havendo a opção do estado de escolha quanto a isso. Essa situação concede à oposição interna ampla oportunidade de

---

14 Também chamado de “spoils system” ou ainda “patronage system”, consiste da prática, na qual um partido ou grupo político vencedor das eleições recompensa seus funcionários e outros apoiadores ativos, por meio de indicações para cargos governamentais e outros favores. Fonte: <http://global.britannica.com/topic/spoils-system>. Acessado em julho/2015.

desafiar o poder político reinante pelo controle das áreas ricas em recursos, suas rotas de transporte e pontos de exportação, ocasionando o estilhaçamento dos movimentos políticos ao longo de linhas de interesse econômico. Essas áreas de interesse econômico tornam-se alvos das atividades militares dos grupos beligerantes e levam os grupos rebeldes a estabelecerem fortificações no entorno dessas áreas de modo a garantir o acesso aos recursos e às suas rotas de exportação transfronteiriças. Nesse ponto, pode-se observar que uma economia de proximidade transforma-se em uma economia de redes e conexões bastante difusas e que envolvem não só grupos privados, incluindo grupos ligados ao crime organizado internacional, corporações transnacionais e a diáspora, mas também as lideranças de países estrangeiros, especialmente as ex-potências coloniais ou mesmo as regionais, bem como os consumidores dos países importadores, ainda que de maneira desprezível.

A natureza e a geografia dos recursos desempenham um papel crucial nessas conexões e, portanto, nos conflitos, no tocante a articulação das práticas de exploração numa situação de conflito. Sendo mais específico, quanto mais próximas as áreas de exploração dos recursos dos centros de controle, como as capitais, por exemplo, menor a probabilidade de eles serem capturados por grupos rebeldes. Dessa forma, podem ser classificados em próximos ou distantes. Quanto maior a disponibilidade de recursos valiosos no controle da periferia, maior a probabilidade da ocorrência de conflitos prolongados. Outro aspecto geográfico relevante diz respeito à concentração e daí podem ser divididos entre recursos pontuais, ou seja, concentrados e recursos difusos (BILLON, 2001).

A fragmentação da população e a circunscrição da economia às periferias são dimensões também relevantes quando da incorporação dos recursos naturais aos conflitos. A primeira ocorre quando as populações tendem a se reagrupar em zonas mais seguras, distantes do conflito, deixando vastas áreas despovoadas, deslocando o eixo das atividades econômicas e estruturas sociopolíticas. Isso pode representar uma dificuldade maior de controle dos

aliados e subordinados, permitindo que eles se tornem autônomos por meio da comercialização ou atividades criminosas baseadas nos recursos naturais. A fragmentação leva à circunscrição da economia às periferias, haja vista o maior risco do comércio interno nas zonas de conflito, com isso, força o transbordamento do comércio para além das fronteiras, aumentando a fuga de capital e a dependência das importações. Esses dois fenômenos combinados afetam também as populações, pois aumentam o quantitativo da diáspora e de refugiados, considerados como uma população satélite. Essa população é passível de submeter-se ao controle de uma das facções políticas, vindo a se tornar novo centro de poder, formatando novos territórios estendidos, por meio de conexões econômicas, ligando os recursos naturais ao mercado consumidor internacional (BILLON, 2001).

#### ***3.2.4 Uma tipologia dos conflitos armados relacionados a recursos naturais***

Para BILLON (2001), os recursos naturais, com sua natureza, localização, concentração e modo de produção, influenciarão o tipo de conflito, com seu grau de violência, que será requerido e exequível à consecução dos objetivos políticos e econômicos das partes envolvidas. Daí advém o termo tipologia do conflito. A tabela contida no ANEXO B — Tipologia dos conflitos segundo Philippe Le Billon — apresenta uma tipologia tentativa, associando a geografia e a economia política dos recursos com conflitos específicos e prevê exemplos.

Essa relação é complexa e requer maior aprofundamento, contudo numa avaliação básica, pode-se indicar que um recurso de localização pontual pode ser mais facilmente monopolizado do que um de natureza difusa, mas a sua desejabilidade, normalmente, o torna vulnerável a contestação e sempre depende de reconhecimento internacional para mobilizar investidores, o que aumenta a probabilidade da ocorrência de golpes de estado ou secessões, em função dessa proximidade relativa.

Grupos insurgentes valorizam as recompensas advindas do controle dos recursos, principalmente quando estes são facilmente acessados e comercializados, bem como suficientemente valiosos, tais como os recursos de localização distante e difusa. Tais características favorecem a associação com déspotas locais ou comandantes militares.

Recursos de localização próxima e difusa, envolvendo grande número de produtores, são mais prováveis de ocasionar rebeliões ou motins, próximo aos centros de poder.

Nos países dependentes de recursos naturais, os lucros advindos destes constituem o prêmio pelo controle do estado e podem levar a violentas rivalidades na disputa pelo governo, tais como tentativas de golpe por parte de movimentos populistas requerendo retificações políticas.

Os recursos naturais podem ainda motivar secessões nas regiões abundantes dos mesmos. Nesse caso, o objetivo deixa de ser o controle do país, mas somente a soberania de fato das áreas necessárias ao controle e comercialização do recurso, que, desse modo, influencia em grande parte o controle, a transformação e produção de territórios. Agendas políticas ou iniciativas movidas por ganâncias pessoais podem motivar as secessões, as quais aumentam a probabilidade de ocorrência quando há uma percepção generalizada de que povos estrangeiros estão extraindo os recursos locais, sem haver benefícios para a população local ou ainda quando esta é realocada do seu habitat em função das atividades da indústria extrativista ou arcam com os custos ambientais dessas atividades.

Grande número dos conflitos contemporâneos caracterizam-se pelo elevado grau de fragmentação ou desestruturação. Essa característica leva à ocorrência de um fenômeno conhecido como “warlordism”<sup>15</sup> armado, onde as áreas dotadas de uma soberania de fato, não

15 O termo *warlordism* vem de *warlord*, o qual define uma liderança local forte, paralela ao poder político constituído, que controla uma área, por meio da sua habilidade em travar um conflito armado e que não reconhece autoridades superiores ou centrais. Seu poder e habilidade em manter acuados governos fracos e grupos rivais depende de uma economia de guerra, que inclui sua integração às conexões do comércio internacional. (Tradução nossa) Disponibilizado em; <http://www.thefreedictionary.com/warlordism>. Acessado em julho/2015.

de direito, são determinadas pelos interesses comerciais, tais como o controle de uma mina, floresta ou vale produtor de drogas.

### ***3.2.5 Inclusão, exclusão e criminalização***

BILLON (2001) defende que a significância dos recursos naturais e o caráter violento da sua incorporação à economia global são sintomas do processo histórico de globalização, respondendo mais a uma lógica de consolidação e exclusão neoliberal, do que de expansão e incorporação. Contudo, no vácuo dessa exclusão liberal, o Hemisfério Sul reintegrou-se ao sistema mundo liberal, por meio de uma inclusão heterodoxa, a qual consistiu da expansão e aprofundamento das mais diversas atividades paralelas e obscuras, tais como evasão fiscal, contrabando, lavagem de dinheiro, migração ilegal, entre outros. O caráter ilegal desses produtos e serviços envolvidos, bem como da violência ilegítima empregada nessa economia informal foi interpretado como uma criminalização do Hemisfério Sul.

Há que se considerar, entretanto, que muitas dessas economias informais são moralmente benignas e lucrativas do ponto de vista socioeconômico, pois milhões de pessoas dependem delas. Finalmente, longe de serem anárquicas, a economia política dessas atividades observa formas de autoridade e legitimação, as quais devem ser julgadas conforme os critérios locais, com os atores instrumentalizando a desordem em benefício próprio.

#### **4 CASO CONCRETO: GUERRA CIVIL DE ANGOLA NO PÓS-GUERRA FRIA**

A Guerra Civil de Angola (1975 – 2002) consistiu de um caso típico de prolongado conflito civil armado, no qual vemos encaixarem-se muitos dos aspectos abrangidos pelos modelos teóricos apresentados no capítulo anterior, que abordaram a relação existente entre recursos naturais e conflitos armados, concomitante às questões de cunho social envolvidas. Neste capítulo, esboçaremos sucintamente a história desse conflito, examinando suas motivações ideológicas de cunho social e político e pontuando a significância do petróleo e do diamante, recursos naturais abundantes em Angola, no curso do conflito.

Segundo Billon (2005), a riqueza de Angola em recursos naturais, advinda da existência de petróleo e diamante, não se traduziu em benefícios para a sua população, figurando o país entre aqueles de maior pobreza absoluta. A guerra é o principal fator apontado como causador desse contraste e essa condição assola o país desde as lutas pela independência iniciadas nos anos 1960. Num primeiro momento, tanto a necessidade como a crença se mostraram proeminentes na guerra de independência, quando os movimentos nacionalistas clamavam pela emancipação política e econômica do jugo autoritário do regime colonial português e da elite burguesa mestiça. A continuação do conflito, após a independência em 1975, foi entendida como uma consequência direta da Guerra Fria, porém o fim desta não representou o fim das hostilidades, tendo antes degenerado em um conflito amplo de cunho sócio-étnico, com os movimentos nacionalistas competindo entre si e onde a crença se tornou mais um fator desagregador entre eles, em face à crescente ganância das suas lideranças. Incentivada pelos mercados internacionais e por uma comunidade internacional aparentemente desinteressada ou sem força, uma guerra sem fim, financiada pelo petróleo e pelo diamante, foi o cenário que se desenhou para o país no final dos anos 1990.

A guerra de libertação foi travada contra Portugal até 1975, por três grupos

nacionalistas, os quais rivalizavam também entre si, incluindo a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e a União para a Independência Total de Angola (UNITA). A FNLA, liderada por Roberto Holden, possuía forte base étnica *Bakongo*, localizava a noroeste do país e constituía cerca de 15% da população nacional. O MPLA era liderado por Agostinho Neto e, após a sua morte em 1979, por Eduardo dos Santos. Era um movimento elitista, constituído pelos “assimilados”, africanos e mestiços institucionalmente educados ou civilizados, muitos dos quais ligados à burguesia colonial multirracial há muito estabelecida, da capital. Possuíam orientação marxista e eram apoiados pelo bloco soviético, incluindo Cuba. Eram compostos em sua maioria pela população *Mbundu*, concentrada na capital Luanda e seus arredores, compondo cerca de 20% da população. A UNITA foi criada e liderada por Jonas Savimbi, vindo a extinguir-se após a sua morte em fevereiro de 2002. Sucessivamente buscou apoio contra a MPLA nos governos português, chinês, sul-africano e estadunidense. Embora admitisse mestiços, o movimento era essencialmente composto pelos assimilados provincianos dos planaltos centrais. Sua base étnica dominante era de *Ovimbundu*, a maioria, com 35% da população (BILLON, 2005).

Billon (2005) resume que essa rivalidade entre os movimentos nacionalistas, que teve como consequência um radicalismo político e sucessivos conflitos, resultou não só da política repressiva das autoridades portuguesas coloniais, mas também de ambições pessoais, ideologia política, preconceito social, nacionalismo étnico, intervencionismo pelas potências regionais e mundiais, bem como do contexto político-econômico possibilitado pelas riquezas naturais. Durante o período colonial, o trabalho clandestino, exílio e a adoção de lutas armadas definiram o desenvolvimento político das organizações angolanas. Sob o regime imperialista português de Salazar, a ausência de movimentos civis ou trabalhistas, imprensa livre, demonstrações ou debate públicos não prepararam os cidadãos para uma transição para

fora da estrutura competitiva dos movimentos nacionalistas armados. Reformas tardias, pelo regime colonial em favor da população africana não foram incorporados por esses movimentos, os quais impuseram suas divisões sobre a população, quando ocorreu o vácuo de poder português em 1974-75. Por ocasião da independência, em 11 de novembro de 1975, a MPLA já dominava a capital Luanda e, com o auxílio de tropas cubanas, derrotou a FNLA, que era apoiada pelos EUA e China, bem como a UNITA, que era apoiada pela África do Sul. Já em 1976, a FNLA havia sido derrotada militarmente e muitos Bakongo foram exilados no Zaire, retornando a Angola somente nos anos 1980, como uma classe empresarial de menor significância. A UNITA também fora derrotada militarmente, contudo Savimbi permaneceu em Angola e reorganizou seu movimento com o apoio das populações centrais de Angola e, posteriormente, da África do Sul, de países africanos como o Zaire, dos EUA e das potências ocidentais. A conflituosa transição para a independência, dessa forma, transforma-se num impasse político e militar. Os Acordos de Nova Iorque, em 1988, acerca da independência da Namíbia, promovem a retirada das tropas cubanas e sul-africanas de Angola e Namíbia, bem como o desengajamento dos patronos do conflito angolano do período da Guerra Fria, com exceção dos EUA, que continuam a apoiar a UNITA. Esse fato vai conferir maior importância aos recursos econômicos locais.

Além do contexto divisor da Guerra Fria, a desconfiança entre os dois líderes nacionalistas minaram os sucessivos processos de paz: os Acordos de Paz de Bicesse, em 1991 e o Protocolo de Lusaka de 1994. Ambos consistiram mais uma trégua tática para um reposicionamento do que em genuína boa vontade ou coerção internacional. Os Acordos de Bicesse fracassaram quando Savimbi retomou o curso dos conflitos, após não aceitar a derrota eleitoral sofrida para o Presidente Eduardo dos Santos da MPLA, que em retaliação permitiu o massacre indiscriminado de simpatizantes da UNITA, bem como da população Ovimbundu em Luanda. A capital, de posse da MPLA, tornou-se, então, objetivo final desejado pela

UNITA, contudo esta rapidamente estendeu seu controle sobre territórios ricos em minas de diamantes, bem como enfraqueceu o governo, por meio da destruição de parte da infraestrutura de extração de petróleo em terra. Por sua vez, valendo-se empréstimos colaterais viabilizados pela posse do petróleo, a MPLA ampliou seus gastos militares, bem como contratou mercenários, os quais possibilitaram a retomada de muitos territórios de posse dos rebeldes, exceto de importantes áreas de mineração de diamantes. A retomada das negociações entre os dois partidos resultaram na assinatura do Protocolo de Lusaka, em novembro de 1994, trazendo relativa estabilidade à região, tendo sido inclusive estabelecida uma força de manutenção da paz da Organização das Nações Unidas (ONU), conhecida por UNAVEM III. (BILLON, 2005).

Em 1998, o presidente Eduardo dos Santos retoma a guerra, alegando ser o único meio de assegurar a paz, haja vista a relutância da UNITA em cumprir o Protocolo de Lusaka. Cerca de dois terços das 500 mil vítimas do conflito pereceram, após a retomada dos conflitos, muitos em face do colapso de alimentos e serviços de saúde. Estima-se que cerca de 1,5 milhão de pessoas migraram internamente e 330 mil deixaram o país. A MPLA obtém, a partir de 1999, vitórias militares sobre pontos importantes da UNITA, mas a efetiva guerrilha organizada por esta não alimentava esperanças de uma vitória militar decisiva pelo governo. Contudo, por volta de 2001, o governo consegue isolar a UNITA dos seus pontos de apoio, favorecido pelo deslocamento forçado de populações que apoiavam os rebeldes, bem como mudanças significativas na conjuntura internacional, como a perda de apoio regional de países como a República Democrática do Congo, a República do Congo, a Namíbia, e ainda o consenso das potências ocidentais a favor de uma vitória militar do governo. (BILLON, 2005).

Ao nível social, o conflito pós-independência aumentou a consciência nacional, contudo enfraqueceu a unidade nacional, ao dividir o país militarmente, fragmentar a

economia, enfraquecer os mecanismos de solidariedade, aumentar a estratificação das classes e desigualdades sociais.

Segundo Billon (2005), embora a riqueza natural de Angola pudesse representar o prêmio maior a ser disputado pelos partidos beligerantes e seus apoiadores externos, há poucas evidências de que ela tenha desempenhado um papel crucial no início do conflito civil. Tampouco, a crise mundial do petróleo, em 1973, foi fator suficientemente significativo que levasse o governo português pós-Salazar a interromper o processo de abertura política e independência de Angola, para lançar mão nos lucros da exploração de óleo. Nesse contexto, pode-se concluir que a ganância não constituiu um fator decisivo para iniciar o conflito civil. Entretanto, os recursos naturais influenciaram de maneira significativa o curso do conflito, quando, no pós-Guerra Fria, o apoio estrangeiro começou a minguar. Petróleo financiando a MPLA e diamante a UNITA passou a ser a dinâmica da economia da guerra angolana.

Apesar do apoio externo dos EUA e da África do Sul, a manutenção da ofensiva militar pela UNITA necessitava de maiores recursos e os diamantes se tornam elementos vitais. A UNITA começou a se apoderar das áreas produtoras no final dos anos 1970. A partir de 1983, as operações já estavam completamente profissionalizadas, havendo treinamento para o pessoal e investimentos em materiais de mineração. Tais ações reduziram os lucros do governo de cerca de US\$221 milhões em 1981 para US\$33 milhões em 1986. Os Acordos de Bicesse em 1991 e a parada relativa das hostilidades permitiram a UNITA expandir suas operações e praticamente monopolizar o comércio do diamante. A retomada do conflito e posterior nova interrupção devido ao Protocolo de Lusaka, em 1994, deixa a UNITA em posição privilegiada nesse comércio, quando chega a ter garantido o Ministério das Minas e Geologia. De 1992 a 2000, a produção de diamantes da UNITA girou em torno de US\$3 a US\$4 bilhões. A retomada das hostilidades, em 1998, traz uma série de dificuldades para UNITA, pois o governo retoma algumas áreas de extração, a ONU impõe sanções ao

comércio dos “diamantes do conflito”, medidas de controle são impostas para evitar a lavagem de dinheiro obtido com os diamantes por meio de canais legais, entre outros. Apesar de ainda possuir estoques consideráveis e algumas conexões para contrabandear os diamantes, houve grandes dificuldades logísticas e financeiras para transformar essa riqueza em capacidade militar. Forçadamente reduzida a um grupo guerrilheiro, devido à perda de seus sustentáculos, a UNITA foi cercada numa pequena cidade, privada de gêneros e do apoio da população, que havia sido removida. A morte de seu líder Savimbi selou o fim do conflito (BILLON, 2005).

De acordo com Billon (2005), o lucro advindo das reservas abundantes e seguras de petróleo, sob a batuta do governo da MPLA, perfazia um montante de cerca de US\$2,5 bilhões anuais. Esse reforço econômico permitiu ao governo resistir às investidas militares dos bem equipados exércitos da UNITA e da África do Sul, apoiados que foram pelos seus aliados do ocidente na Guerra Fria. Entre 1992 e 2002, estima-se que os gastos militares da MPLA giraram em torno de US\$20 bilhões, representando cerca de 14% do PIB angolano. Politicamente, o petróleo permitiu o governo sustentar uma clientela entre o aparato militar, construindo um grau de legitimidade entre os recompensados e permitindo o apoio ou resistência a reformas, de acordo com a conveniência em curto prazo. A redistribuição clientelista do petróleo e das rendas do Estado, envolveu os asseclas presidenciais, a burocracia estatal e setores privilegiados da população nos mecanismos de sustentação de uma relativa ordem interna política estável. Em continuação com as práticas socialistas, servidores civis receberam privilégios pessoais das companhias estatais; altos funcionários civis e militares e políticos acessaram lucrativos esquemas de privatização.

## 5 CONCLUSÃO

O presente trabalho propôs-se a permitir o entendimento dos fatores que relacionam a existência dos recursos naturais, em um Estado, à ocorrência ou prolongamento de um conflito civil, por meio de um confronto de modelos teóricos com o caso concreto angolano.

Nesse contexto, pudemos constatar, a partir do caso angolano, que o período colonial trouxe profundas mudanças de ordem política, econômica e social para aquela região, uma vez que separou grupos étnicos e agrupou outros, por vezes, rivais; desmantelou o modo de produção original, basicamente familiar e de subsistência, desses grupos; e os inseriu na ordem internacional vigente, como fornecedores das matérias-primas necessárias aos mercados europeus, cujas demandas foram responsáveis por toda reestruturação interna. Essa intervenção na sociedade angolana foi sempre acompanhada de violenta repressão e não permitiu uma inclusão social, com uma conseqüente melhoria nos índices de desenvolvimento. Ao contrário, não permitiu o acesso à educação e ainda promoveu uma discriminação entre os grupos étnicos, privilegiando aqueles assimilados que apoiavam o regime colonial português.

Essas profundas desigualdades sociais geraram necessidades e queixas, as quais ganharam contornos de movimentos nacionalistas, absorvidos pelas ideias de autodeterminação dos povos, propagadas, a partir da segunda metade do século XX, no contexto da Guerra Fria. Incentivados pelos blocos antagônicos do sistema internacional bipolar, que atuam como patrocinadores externos, esses movimentos nacionalistas iniciaram embates contra o elemento colonizador português, não logrando vitória por meio de uma batalha militar decisiva, mas alcançando o objetivo maior, qual foi a independência política. Tão logo encerrados os acordos para a tão desejada independência, a sociedade angolana, de tão dividida que fora política e ideologicamente, se viu mergulhada num sangrento conflito

civil entre três movimentos, que posteriormente se resumiram em dois, na busca pelo poder político.

Do exposto, podemos observar e corroborar a crítica ao modelo de Collier, na medida em que a ganância, motivada pela abundância de recurso natural, não foi o que, inicialmente, motivou o conflito civil, mas podemos arriscar a dizer que antes sim foram as queixas, com origem na exclusão social, agravadas por questões étnicas, as prováveis reais causas.

Contudo, seguindo-se o fim da Guerra Fria e o recuo da intervenção estrangeira no país, não se viu concretizar o fim do longo conflito civil, mas, ao contrário, um acirramento ainda maior deste. Ao buscarmos as razões que levaram ao excessivo prolongamento desse conflito, vamos encontrar toda uma estrutura econômica, política e social, que encontrou, na exploração dos recursos naturais abundantes de Angola, petróleo e diamante, o combustível que deu sustentação a essa economia da guerra. Dessa forma, encontramos no modelo de Philippe le Billon o complemento a ser acrescido a Collier, na medida em que introduziu os elementos do que chamou de ecologia política da guerra.

A partir dessa combinação de modelos, concluímos que os recursos naturais, como elemento de valor é fruto de uma construção social. As interações dentro de uma sociedade, sob uma perspectiva econômico-política, visando a transformação da natureza em recursos, é que são passíveis de ligá-los, não ao surgimento, mas à viabilidade e manutenção de um conflito civil. Observamos que os processos históricos de formatação das economias, desde o período colonial, gerou dependência econômica. Vimos que, no âmbito interno, essa dependência provocou distorções ainda maiores, pois esteve associada ao baixo desempenho da economia, corrupção das elites políticas, clientelismo e outras práticas nocivas, que contribuem para o aumento dessa conflitualidade. Pudemos perceber ainda que a distribuição espacial ou seja a geografia, a capacidade de pilhagem e contrabando dos recursos são

cruciais para influenciar a probabilidade e o rumo dos conflitos armados.

No caso angolano, petróleo e diamante não foram a causa do conflito. Contudo, a economia política e distribuição espacial desses recursos afetaram o curso do conflito, na medida em que proveram ambos os grupos beligerantes com os meios necessários à manutenção de uma atitude hegemônica e militarista e, desse modo, influenciando as instituições políticas e opções militares. Os recursos naturais não somente prolongaram a guerra, provendo os meios, mas, principalmente, recompensaram financeiramente a luta, fazendo-a valer a pena. Imbuído das ideologias políticas e práticas coloniais da manutenção do poder indivisível e da extração violenta de recursos naturais, a economia política do petróleo e do diamante também sustentaram o conflito ao isentarem seus líderes do compromisso, da legitimidade pública e responsabilidade política.

O papel significativo dos recursos naturais na Guerra Civil Angolana demonstra a importância das agendas econômicas numa guerra. Nesse sentido, as sanções econômicas, impostas pela ONU, constituem importante ferramenta, tornadas mais eficientes por inovações regulatórias, ainda que elas não consigam impor a paz no curto prazo e ainda possam levar a uma radicalização dos abusos e depredações sobre as populações locais. Elas são sintomas da falha nas negociações dos processos de paz, os quais necessitam incluir reformas fiscais e regulatórias na exploração dos recursos naturais, nos estágios mais iniciais, a fim de fortalecer os compromissos políticos e reforçar os obstáculos econômicos contra a ganância das lideranças. Com igual importância, essas reformas devem reduzir as necessidades das populações marginalizadas e a discriminação, as quais alimentam a crença e o apelo à violência.

## REFERÊNCIAS

ARNSON, Cynthia J.; ZARTMAN, I. William, editores. *Rethinking the economics of war: the intersection of need, creed, and greed*. Washington, D.C.: Woodrow Wilson International Center for Scholars, 2005. 300p.

BARI, Mamadu Lamarana. **REFLEXÕES ACERCA DO DESENVOLVIMENTO NA ÁFRICA: idéias e debates** Salvador, 2006. Disponibilidade em: <http://www.didinho.org/Arquivo/AFRICAEDSENVOLVIMENTO.htm>. Acessado em julho/2015.

BAULER, Tom. *Political Ecology*. 2013. Sítio do *Environmental Justice organisations, Liabilities and Trades*. Disponibilizado em: <http://www.ejolt.org/2013/02/political-ecology>. Acessado em julho/2015.

BILLON, Philippe Le. *The political ecology of war: natural resources and armed conflicts*. Oxford, UK: School of Geography, 2001.

BILLON, Philippe Le. “*Resource Wealth and Angola's Uncivil Wars*”. In: ARNSON, Cynthia J.; ZARTMAN, I. William, editores. *Rethinking the economics of war: the intersection of need, creed, and greed*. Washington, D.C.: Woodrow Wilson International Center for Scholars, 2005. 300p.

COLLIER, Paul; HOEFFLER, Anke. *On economic causes of civil war*. Oxford.: Oxford University Press, 1998a. Oxford Economic Papers 50 (1998). 11p.

COLLIER, Paul; HOEFFLER, Anke. 1999. *Justice-seeking and loot-seeking in civil war*. Washington, DC: World Bank. <http://documents.worldbank.org/curated/en/1999/02/3043289/justice-seeking-loot-seeking->

[civil-war](#). Acessado em julho/2015

COLLIER, Paul, World Bank. 1999. *Doing well out of war*. Washington, DC: World Bank.  
<http://documents.worldbank.org/curated/en/1999/04/3030841/doing-well-out-war-vol-1-1-doing-well-out-war>. Acessado em julho/2015.

COLLIER, Paul; HOEFFLER, Anke. 2000. *Greed and grievance in civil war*. Policy, Research working paper; no. WPS 2355. Washington, DC: World Bank.  
<http://documents.worldbank.org/curated/en/2000/05/437634/greed-grievance-civil-war>.  
Acessado em julho/2015.

COLLIER, Paul; HOEFFLER, Anke; SODERBOM, Mans. 2001. *On the duration of civil war*. Policy, Research working paper series ; no. WPS 2681. Washington, DC: World Bank.  
<http://documents.worldbank.org/curated/en/2001/09/1614731/duration-civil-war>. Acessado em julho/2015.

KALDOR, Mary. *New and old wars: organized violence in a global era*. Stansford, California: Stansford University Press, 1999.

MACHADO, Letícia W. **As grandes potências em direção aos recursos naturais subsaarianos: participação nos conflitos locais**. 2012. 167f. Dissertação (mestrado) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ. 2012.

PEREIRA, J.M.N. **África, um novo olhar**. Rio de Janeiro, RJ: Cadernos CEAP, 2006. 88p.

VISENTINI, Paulo Fagundes; RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **História da África e dos africanos**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. 236p.

## ANEXO A

As macrorregiões da África Subsaariana

## LEGENDA:

	África Ocidental
	África Central
	África Oriental
	África Austral
	Região Indo-oceânica

Fonte: PEREIRA, J.M.N. *África, um novo olhar*. Rio de Janeiro, RJ: Cadernos CEAP, 2006.

## ANEXO B

**Tipologia dos Conflitos segundo Philippe Le Billon**

	<b>Pontual</b>	<b>Difuso</b>
<b>Próximo</b>	<u>Controle do Estado / Golpe de Estado</u> Algéria (gás) Angola (óleo) Chade (óleo) Congo-Brazzaville (óleo) Irã-Iraque (óleo) Libéria (minério de ferro; borracha) Nicarágua (café) Ruanda (café) Serra Leoa (dióxido de titânio)	<u>Rebelião / Motim</u> El Salvador (café) Guatemala (terra agricultável) Israel-Palestina (água potável) México (terra agricultável) Senegal-Mauritânia (terra agricultável)
<b>Distante</b>	<u>Secessão</u> Angola/Cabinda (óleo) Cáucaso (óleo) R.D. Congo (cobre; cobalto; ouro) Indonésia (óleo; cobre; ouro) Marrocos/Saara Ocidental (fosfato) Nigéria/Biafra (óleo) Papua Nova Guiné/Bougainville (cobre) Senegal/Casamança (marijuana) Sudão (óleo)	<u>Warlordism</u> Afeganistão (ópio) Angola (diamante) Burma (ópio; madeira) Cáucaso (drogas) Cambódia (jóias; madeira) Colômbia (cocaína) R.D. Congo (diamante; ouro) Curdistão (heroína) Líbano (haxixe) Libéria (madeira; diamante; drogas) Peru (cocaína) Filipinas (marijuana; madeira) Serra Leoa (diamante) Somália (bananas; camelos) Tadjiquistão (drogas) ex-Iugoslávia (marijuana; madeira)

Fonte: BILLON, Philippe Le. *The political ecology of war: natural resources and armed conflicts*. Oxford, UK: School of Geography, 2001.